



**Políticas de Apoio à Parentalidade na UFNT: construindo redes para a permanência
materna na região norte**

Carliene Freitas da Silva Bernardes¹

Ana Rosa Carvalho de Oliveira²

Bruna de Souza da Silva³

¹ Universidade Federal do Norte de Tocantins, carliene.freitas@ufnt.edu.br

² Universidade Federal do Norte de Tocantins, anarosa.oliveira@ufnt.edu.br

³ Universidade Federal do Norte de Tocantins, bruna.souza@ufnt.edu.br

Propósito

A Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT foi criada em 2019 por desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e conta com quatro centros universitários localizados na cidade de Tocantinópolis e Araguaína, região norte do Estado do Tocantins.

Este trabalho tem como propósito relatar as experiências em torno das discussões, criação e implementação de políticas de apoio à parentalidade no âmbito da UFNT, no período de 2022-2023. Compreende-se parentalidade como as atividades de cuidado exercidas por homens e mulheres em diferentes configurações familiares (heteroparentais, homoparentais, monoparentais femininas ou masculinas, avós e netos, recasamentos, abrigos, dentre outras) com objetivo de garantir a sobrevivência e formação integral de crianças, sejam elas consanguíneas ou adotivas.

Revisão da literatura

As atividades de cuidado às crianças são imprescindíveis para a manutenção da espécie humana, entretanto conciliar as atividades de cuidado com as atividades de formação acadêmica e com as atividades de trabalho na Universidade torna-se um desafio para as famílias, principalmente, para as mães universitárias, uma vez que, biológica e culturalmente, as atividades de cuidado às crianças são delegadas a elas.

Informações coletadas pelo Censo da Educação Superior em 2021, no Brasil, evidenciam que 57% do corpo discente são do grupo das mulheres, aumentando para 72,5%

nos cursos de Licenciatura¹. Apesar das mulheres apresentarem mais anos de estudo que o grupo dos homens, quando inseridas na carreira docente, elas se concentram nas etapas iniciais da Educação Básica (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), sendo em menor número no Magistério Superior, em torno de 47%.

Pesquisas empíricas problematizam que as relações sociais de sexo (gênero) consubstanciadas a outras relações sociais como de etnia/raça e classe social presentes na sociedade brasileira impulsionam as mulheres para o matrimônio e as atividades de cuidado (KERGOAT, 2016; HIRATA, 2014), o que por sua vez podem tornar-se impeditivos para sua inserção, permanência e progressão na formação superior e, posteriormente, na carreira docente (BERNARDES, 2022).

Pricila Santos (2020) ao investigar sobre as perspectivas da evasão estudantil na Educação Superior e os desafios que os(as) estudantes enfrentam durante a formação, destaca que a mudança de estado civil e o tornar-se mãe ou pai são motivos para o abandono dos estudos universitários.

Carliene Bernardes (2022) buscou compreender a totalidade da carreira docente no Brasil, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa e gestão, da Educação Básica à Educação Superior nas redes municipais, estaduais e federais de ensino. Utilizando como fonte de informações as pesquisas educacionais do Ministério da Educação, observou-se, de modo geral, que as mulheres concentram-se na base da carreira docente, principalmente, nas redes municipais e que os homens brancos de estratos sociais mais elevados, assumem as posições de maior prestígio social: docência nas instituições federais de ensino com maiores remunerações e menor número de alunos por professor; maior participação na função de líder nos grupos de pesquisa e maior participação nas funções de alto escalão da gestão da Educação Nacional, como Secretários Estaduais de Educação e Ministros da Educação (BERNARDES et. al, 2019; BERNARDES, 2022).

A autora considera que a divisão social, racial e sexual do trabalho se manifesta na carreira docente, definindo trajetórias diferentes para homens e mulheres. Apesar do Censo da

¹ Resultados do Censo da Educação Superior, INEP, 2021: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

Educação Básica e da Educação Superior, empreendidos pelo Ministério da Educação, não indagarem sobre o estado civil e o exercício da parentalidade por parte de estudantes e trabalhadores da educação, a autora problematiza que o matrimônio, a configuração familiar e a maternidade podem se tornar obstáculos para progressão das mulheres na carreira docente (BERNARDES, 2022). O não levantamento desses dados de maneira sistematizada é sintomático, pois invisibiliza essas trajetórias e dificulta a criação de políticas de apoio à parentalidade, principalmente, políticas de permanência materna na Educação Superior.

Pâmela Carpes et. al. (2022) defendem, a partir de estudos científicos sobre o impacto da parentalidade na carreira de homens e mulheres como cientistas, que “a maternidade acaba por penalizar as mulheres, enquanto a paternidade não tem a mesma consequência na carreira profissional dos homens”. As cientistas diminuem a produtividade quando se tornam mães, o que se agrava quando a maternidade é atípica (filhos com deficiência), quando são negras, possuem alguma deficiência, apresentam orientação sexual homossexual ou de identidade de gênero trans.

Portanto, criar políticas de apoio à parentalidade possui caráter inovador na oferta de serviços que possibilitem equidade de gênero no acesso e permanência na formação inicial e na carreira docente universitária, principalmente para estudantes mães, cuja permanência não é garantida comparando-se com as mães docentes e técnicas administrativas efetivas.

Procedimentos Metodológicos

A confluência de temas de pesquisa e de ações em apoio às mulheres na Universidade foram o elo de ligação entre servidoras e discentes que iniciaram o movimento em prol de políticas de apoio à parentalidade na UFNT, em agosto de 2022.

Durante o período de 2022-2023 foram realizadas várias ações que culminaram na criação do programa PAPU, do Coletivo PAPU e do Laboratório de estudos e pesquisas - LabPAPU no âmbito da UFNT.

Para inserir o tema no âmbito da Universidade realizou-se o I Ciclo de Debates sobre Políticas de Apoio à Parentalidade na Universidade, no semestre de 2022/2. Foram realizadas

quatro *lives*² evidenciando ações existentes em outras Instituições de Educação Superior - IES, bem como pesquisas e ações que apoiavam a maternidade e a infância na UFNT.

O tema da parentalidade ecoou na Universidade e a necessidade de políticas foi legitimado, principalmente, pelo grupo das mulheres servidoras e discentes, trazendo à tona o impacto da divisão sexual do trabalho nas atividades de cuidado e nas atividades acadêmicas. Nesse contexto, foi criado pela Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas – DAEP/UFNT um Grupo de Trabalho (GT), em dezembro de 2022, com a finalidade de pensar, criar e implementar ações e políticas que apoiassem o exercício da parentalidade na Educação Superior, principalmente, políticas estudantis de permanência materna.

Resultados

Considerando o grupo das mães estudantes como o grupo mais vulnerável para o acesso, a permanência e a progressão na Educação Superior, decidiu-se discutir e criar resolução sobre Licença Maternidade e Paternidade estudantil em nível da Graduação; implementar o acesso dos(as) filhos(as) de 0-6 anos no Restaurante Universitário; fornecer Auxílio Creche, valor de R\$400,00, para estudantes com crianças de 0-6 anos que não frequentam a Creche; e implementar o PAPU - Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade.

O *PAPU* tornou-se um programa de extensão permanente, sob a coordenação de Gênero e Diversidade da DAEP, o qual visa acolher as famílias universitárias por meio da oferta de infraestrutura física (banheiro família com sanitários infantis e fraldários; espaço amamentação; brinquedoteca; parquinhos infantis; acessibilidade com rampas e vagas de estacionamento) e a oferta de serviços (acolhimento noturno e diurno de crianças de 3 a 10 anos com monitores brincantes, no período de aula regular e durante os eventos científicos; rodas de conversa com as famílias universitárias e a comunidade acadêmica; e formação continuada de monitores brincantes).

O *PAPU* está sendo implementado no Centro Universitário de Tocantinópolis. Durante o semestre 2023/2 foram acolhidas trinta (30) famílias universitárias, incluindo famílias

² As *lives* podem ser visualizadas no canal oficial da UFNT no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=w6XLnt2asOc>.

indígenas das etnias Apinayé e Xerente, as quais levaram seus(as) filhos(as) para os espaços brincantes com monitores, enquanto desempenhavam suas atividades acadêmicas. O PAPU itinerante apoiou cinco eventos científicos nos Centros Universitários de Araguaína e Tocantinópolis. Contou com equipe de nove (09) estudantes bolsistas, três docentes supervisoras, coordenação geral e pesquisadores/extensionistas voluntários.

O *Coletivo PAPU* emergiu durante o movimento interno em prol de políticas de apoio à parentalidade, composto, preponderantemente, por mães estudantes e servidoras, havendo inclusão de alguns pais. Discussões em torno da maternidade, rodas de conversa, apoio financeiro e emocional às mães têm sido os temas principais. O mesmo está conectado aos coletivos nacionais e está representado no GT do Ministério da Educação, criado em dezembro de 2023, para proposição de políticas nacionais em prol da permanência materna na Educação Superior.

O *LabPAPU* é uma iniciativa recente dos grupos de pesquisadoras mulheres e mães que, através dos seus grupos em vários campos do saber, desenvolvem estudos e pesquisas em torno da parentalidade, das relações de gênero, da infância e temas correlatos.

O processo de construção das políticas educacionais de apoio à parentalidade são lentas, pois entende-se que a cultura patriarcal está arraigada nas estruturas sociais. Mesmo que a Universidade seja um espaço de desconstrução das relações de poder, há resistências e entraves no sistema para as demandas levantadas. Logo, são necessários mais debates e sensibilização da comunidade acadêmica, assim como, apresentação de pesquisas internas sobre a população materna/paterna e sua permanência na Universidade em nível de graduação e pós-graduação.

Implicações das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação

Levantamento do quantitativo de mães e pais estudantes, bem como de servidoras(es) faz-se necessário para a criação das políticas de apoio à parentalidade. A partir do quantitativo, urge compreender o perfil socioeconômico e as demandas dos diferentes grupos que compõem a Universidade em sua diversidade econômica, étnico-racial, de gênero, familiar, dentre outras, buscando políticas educacionais que promovam a inclusão. Sugere-se que as IES adotem perguntas sobre parentalidade no ato da matrícula e rematrícula permitindo o acompanhamento

dos(as) estudantes mães/pais quanto ao acesso, permanência, evasão e progressão na formação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Carliene Freitas da Silva. **Percursos de homens e mulheres à gestão escolar: um estudo consubstanciado por classe, gênero e raça.** 287f. Tese (Doutorado). Universidade de Uberaba. Programa de Pós-graduação em Educação, Uberaba, 2022.

BERNARDES, Carliene Freitas da Silva; GUIMARAES, Selva; MARQUES, Lidiana Simões; PEREIRA, Marco Antônio Maciel. Divisão sexual do trabalho na gestão educacional: o perfil dos (as) secretários (as) estaduais de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.38, p.01 - 22, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaec/article/view/119127>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. Sinopse estatística da Educação Superior de 2021. Brasília: INEP/MEC, 2022. https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2021.zip. Acesso em: 20 maio 2023.

CARPES, Pâmela Billig Mello et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2020.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

SANTOS, Pricila Kohls dos. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas.** Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020